

WALBER DE MOURA AGRA

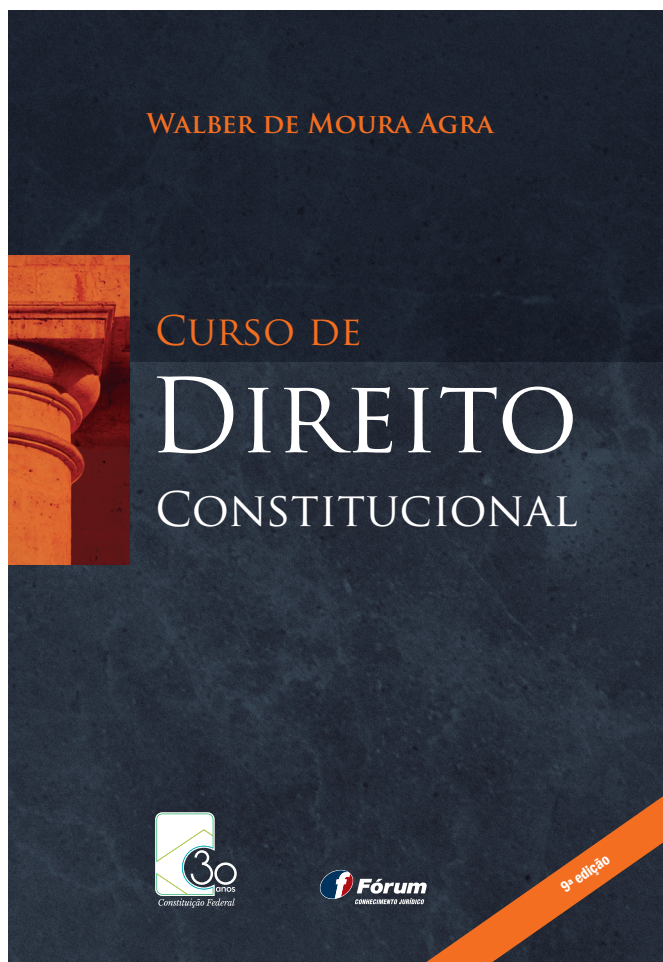
CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

9ª edição

área específica da obra
Direito Constitucional

áreas afins do livro

público-alvo/consumidores da obra
Todos os estudantes e profissionais do Direito



Esta nona edição marca o início da caminhada em uma nova editora, a Fórum, cuja parceria já remonta a longos anos e que sempre tentava publicar o *Curso de Direito Constitucional*. O momento chegou. Fizemos uma atualização muito abrangente, envolvendo os casos principais decididos pelo Supremo Tribunal Federal. A principal evolução teórica realizada é a aversão aos moralismos jurídicos acintosos aos direitos fundamentais e suas garantias. Sob as vestes de justiceiros pós-modernos, atingiu-se alicerces constitucionais imperiosos, como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Um tempo meio estranho nos permeia, em que a legalidade, sem formalismos e com aplicação teleológica, configura-se como bandeira para a revolução do século XXI. Mais uma vez, com exultante alegria, agradecemos aos nossos leitores.

A277c	Agra, Walber de Moura
	Curso de Direito Constitucional / Walber de Moura Agra.- 9. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2018.
	895 p.
	ISBN: 978-85-450-0470-7
	1. Direito Constitucional. 2. Direito. I. Título.
	CDD 341.2
	CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 895 p. ISBN 978-85-450-0470-7.

Walber de Moura Agra

Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE/*Università degli Studi di Firenze*. Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Professor Visitante da *Università degli Studi di Lecce*. Membro do Conselho Científico do Doutorado da Universidade de Lecce. *Visiting Research Scholar of Cardozo Law School*. Diretor do IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Pós-Doutor pela *Université Montesquieu Bordeaux IV*. Membro Correspondente do Cerdradi – *Centre d'Études et de Recherches sur les Droits Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays en Développement*. Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária do TSE. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Procurador do Estado de Pernambuco. Advogado.

APRESENTAÇÃO À NONA EDIÇÃO	CAPÍTULO 14
APRESENTAÇÃO À OITAVA EDIÇÃO	NACIONALIDADE
APRESENTAÇÃO À SÉTIMA EDIÇÃO	CAPÍTULO 15
APRESENTAÇÃO À SEXTA EDIÇÃO	DIREITOS POLÍTICOS
APRESENTAÇÃO À QUINTA EDIÇÃO	CAPÍTULO 16
APRESENTAÇÃO À QUARTA EDIÇÃO	PARTIDOS POLÍTICOS
APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO	CAPÍTULO 17
APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
APRESENTAÇÃO	CAPÍTULO 18
	COMPETÊNCIA FEDERATIVA
CAPÍTULO 1	CAPÍTULO 19
ESTADO	INTERVENÇÃO
CAPÍTULO 2	CAPÍTULO 20
PODER CONSTITUINTE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CAPÍTULO 3	CAPÍTULO 21
CONSTITUIÇÃO	REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
CAPÍTULO 4	CAPÍTULO 22
EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	REGIÕES
CAPÍTULO 5	CAPÍTULO 23
APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO	PODER LEGISLATIVO
CAPÍTULO 6	CAPÍTULO 24
PREÂMBULO CONSTITUCIONAL	PROCESSO LEGISLATIVO
CAPÍTULO 7	CAPÍTULO 25
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
CAPÍTULO 8	CAPÍTULO 26
TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	PODER EXECUTIVO
CAPÍTULO 9	CAPÍTULO 27
DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
CAPÍTULO 10	CAPÍTULO 28
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS	PODER JUDICIÁRIO
CAPÍTULO 11	CAPÍTULO 29
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E <i>WRITS</i> CONSTITUCIONAIS	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
CAPÍTULO 12	CAPÍTULO 30
APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E O SEU CARÁTER EXEMPLIFICATIVO	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
CAPÍTULO 13	CAPÍTULO 31
DIREITOS SOCIAIS	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

CAPÍTULO 32
ESTADO DE EXCEPCIONALIDADE LEGAL

CAPÍTULO 33
FORÇAS ARMADAS

CAPÍTULO 34
SEGURANÇA PÚBLICA

CAPÍTULO 35
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 36
FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 37
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO 38
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

CAPÍTULO 39
ORDEM SOCIAL